

### RESENHA

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

Ignacy Sachs, nascido em Varsóvia, Polônia, no ano de 1927, é hoje considerado o principal economista do eco desenvolvimento. Chegou ao Brasil com a família refugiando-se da Segunda Guerra Mundial, obtendo assim a nacionalidade brasileira, outro fator que lhe outorga o título, segundo Bresser-Pereira (2013), é por ter transformado “o Brasil e seu governo, independente do partido que esteja no poder, no principal objeto de seus conselhos e trabalhos”. A terceira nacionalidade, francesa, foi conquistada em um segundo momento de exílio de seu país de origem. Dentre as muitas contribuições ajudou a redigir a declaração final da Conferência das Nações Unidas de Estocolmo, de 1972.

Desde sua tese de doutorado, Capitalismo de Estado e Subdesenvolvimento (1964), tem escrito e falado largamente sobre desenvolvimento de forma sustentável, “ele defende um desenvolvimento includente que envolva o crescimento econômico, a diminuição das desigualdades e a proteção do ambiente. E dá especial importância ao problema do trabalho” (BRESSER-PEREIRA, 2013). Mais de dez obras publicadas sobre o Brasil com essa temática, dentre elas “Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado”.

A obra se divide em quatro capítulos, além do prefácio escrito por Celso Furtado. A primeira versão foi publicada no ano de 2004. O primeiro capítulo intitula-se “Desenvolvimento ético” – para onde ir na América Latina? Estratégias de desenvolvimento nacional na era da globalização. Trata-se de ensaio apresentado ao Banco Internacional de Desenvolvimento no encontro com a

temática sobre Ética e Desenvolvimento, ocorrido em Buenos Aires, em setembro de 2002. O segundo, “Desenvolvimento incluyente e trabalho decente para todos”, foi apresentado para a Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, direcionado para a Organização Internacional do Trabalho, também em 2002, no mês de outubro. O título do terceiro é “Da armadilha da pobreza ao desenvolvimento incluyente em países menos desenvolvidos”, escrito para a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e de Desenvolvimento (UNCTAD), em 2004. O último capítulo, “Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas” foi um texto também preparado para a Organização Internacional do Trabalho, mas endereçado ao escritório no Brasil.

O autor inicia o primeiro ensaio apontando lições que devem ser aprendidas da crise desenvolvimentista da Argentina, iniciado em 1991. Apresenta possíveis soluções que serviriam tanto para a Argentina quanto para os demais países da América Latina, para tanto, em suas próprias palavras “é preciso haver um Estado enxuto, limpo, ativo, planejador e capaz de descortinar o futuro” (SACHS, 2008, p. 11). Logo de início ele apresenta o papel fundante do Estado para o desenvolvimento, quando este desempenha suas funções principais, a saber, formular espaços de desenvolvimento, tanto local quanto transnacional; promover parcerias entre todos os atores interessados no desenvolvimento sustentável; e planejar, estrategicamente, a harmonia de metas sociais, ambientais e econômicas.

O desenvolvimento endógeno é largamente defendido por Sachs, ele cita Ferrer (2002) para embasar a sua tese ao dizer que, “nove entre cada dez pessoas em todo o mundo trabalham para o mercado interno (SACHS, 2008, p. 11). Para Sachs, “as potencialidades do mercado interno devem ser aproveitadas como primeiro passo para revigorar as economias em crise” (SACHS, 2008, p. 11) e enfatiza que “o ‘desenvolvimento a partir de dentro’ continua a ser a única opção viável para a Argentina e para toda a América Latina” (SACHS, 2008, p. 12). Por fim, apresenta os cinco pilares da endogeneidade, os quais são: orientação por necessidades; harmonia com a natureza; e abertura à mudança institucional. O autor segue seu embasamento teórico, para o desenvolvimento endógeno, fazendo uma clara distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento, enquanto este reaproxima a ética da economia e da política, aquele – também chamado por ele de “economicismo redutor” (SACHS, 2008, p. 14) – tem como objetivo apenas a mera multiplicação da riqueza material. No entanto, reforça a importância do papel do crescimento no processo de desenvolvimento quando diz que “o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (SACHS, 2008, p. 13) Há apenas um critério para que o crescimento seja sinônimo de desenvolvimento, é que entre seus resultados estejam a ampliação de empregos, redução da pobreza e promoção da igualdade.

O autor relembra ainda o surgimento da ideia de desenvolvimento – ideia esta que é resgatada e promulgada por ele mesmo – de pagar e compensar as desigualdades passadas e criar conexões entre a maioria desfavorecida e a minoria modernizada. Portanto, para ele, igualdade, equidade e solidariedade estão justapostas ao conceito de desenvolvimento.

Sachs ampara uma visão econômica para o desenvolvimento que vê além dos números, onde o desenvolvimento não seja um privilégio de alguns, a diferença de cada grupo que compõe a

comunidade seja respeitada e todos os agentes cooperem com o desenvolvimento mútuo. O foco do desenvolvimento, segundo o autor, deve ser oportunizá-lo aos que vivem em situações piores, elevando-os a melhores condições e, conseqüentemente, reduzindo o abismo entre as classes de uma mesma sociedade. Para tanto, ele apresenta os cinco pilares do desenvolvimento sustentável: social, ambiental, territorial, econômico e político; e enfatiza a exigência de “um equilíbrio de sintonia fina entre estas cinco dimensões” (SACHS, 2008, p. 14). Segue a descrição de cada uma destas:

- a. Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de ruptura social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
- b. Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
- c. Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d. Econômico, sendo a viabilidade econômica e *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- e. Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença. (SACHS, 2008, p. 16, grifo do autor).

Sachs conclui a primeira parte respondendo à pergunta “como chegamos lá?” e o faz com quatro pontos, no primeiro deles alerta que, embora o processo de desenvolvimento da maneira apresentada, seja uma visão a médio e longo prazo, não se deve deixar de atender às urgências de curto prazo ligadas ao gerenciamento de crise, visto que o processo de desenvolvimento é um planejamento nacional, e, como todo planejamento, deve prever os riscos. O segundo ponto trata da necessidade de mudança de paradigma, o foco deve sair do crescimento adquirido pelas condições externas e voltar-se para as possibilidades internas. A principal mudança citada é a geração de empregos, o que chama de “crescimento induzido pelo emprego”; Para isso, é necessário que o planejamento local identifique os entraves do processo e também os “recursos ociosos capazes de superá-los” (SACHS, 2008, p. 17); além do planejamento é necessário o estímulo do Estado para as iniciativas locais; necessita-se ainda de uma reparação do sistema financeiro nacional e junto com esta uma reforma fiscal que criasse um imposto sobre o consumo, com aplicação para os artigos de luxo e isenção para os essenciais. Para embasar este ponto o autor faz comparação com o uso de políticas semelhantes em alguns países da Europa e Ásia no seu período de reconstrução pós-guerra. Por terceiro o autor pontua que os esforços devem ser em todos os níveis, do local ao nacional, indica criação de conselhos que envolvam representantes de todos os atores, autoridades públicas, trabalhadores, empregadores e Terceiro Setor. Assim, afirma Sachs, a geração de “emprego decente e/ou auto emprego é a melhor forma de assegurar simultaneamente a sustentabilidade social e o crescimento econômico” (SACHS, 2008, p. 18). Para que haja essa geração de empregos é necessário combinar várias políticas que aproveitem todas as possíveis oportunidades, dentre estas estão os empregos diretamente providos pelo Estado, a consolidação da agricultura familiar, melhora das condições de trabalho das microempresas,

acordos e negociações entre grandes e pequenas empresas que venham a favorecer estas em função daquelas e também fortalecer as empresas industriais ao ponto de concorrerem na escala global. Por último, Sachs se resguarda do engano que poderia surgir desta proposta, a de que agindo assim – recuperando-se a partir das próprias forças – pode ser uma justificativa para negligenciar a atuação e responsabilidade do Estado na economia global. Longe disso, o autor reforça que agindo dessa forma o Estado certamente estará mais preparado para atuar com os demais com certa paridade.

Embora recheado de motivação, o discurso do autor não isenta o leitor da realidade de que, decidindo o Estado galgar este caminho, “o processo será longo e difícil” (SACHS, 2008, p. 21).

Sachs inicia a segunda parte do livro dedicando algumas páginas a um prólogo com a apresentação do conceito de desenvolvimento e sua evolução. Assim, tanto defende a centralidade do conceito nas discussões atuais, como rebate as ideias do pós-modernismo e do fundamentalismo, o primeiro rejeita o termo com a justificativa de que este funciona como uma armadilha ideológica para perpetuar a diferença entre dominados e dominantes, enquanto o segundo considera o desenvolvimento um conceito redundante, para estes, o desenvolvimento será uma consequência natural do crescimento econômico. Esta última ideia é tida como absurda pelo autor, visto que assim o crescimento econômico estaria destituído de “considerações morais e sentimentais” (SACHS, 2008, p. 26), lembra ainda que “o desenvolvimento econômico tem sido uma exceção histórica e não a regra” (SACHS, 2008, p. 27). Os parágrafos finais são de revisão histórica do insucesso do capitalismo e do socialismo.

O desenvolvimento do ensaio se dá em sete sessões, após o prólogo. À primeira coube a descrição da evolução do conceito de desenvolvimento que o faz em quatro pontos, no primeiro o autor resgata à lembrança do leitor que, embora a discussão sobre o desenvolvimento tenha iniciado ainda nos anos 40, continua necessária hoje. Compara as economias em desenvolvimento como arquipélagos de empresas de alta produtividade espalhadas por um oceano de atividades de produtividade baixa ou muito baixa, onde “a maior parte do PIB vem do arquipélago e a maior parte das pessoas nadam no oceano, tentando sobreviver” (SACHS, 2008, p. 31). No segundo ponto Sachs compara o planejamento desenvolvimentista soviético com o moderno; aponta como fraquezas principais do planejamento soviético a base técnica inapropriada e a falta de *feedbacks* da sociedade. Diferente deste, o planejamento moderno pode ser considerado como sendo em essência participativo e dialógico (SACHS, 2008). Já na terceira sessão, o autor enfatiza que não pode haver desenvolvimento sem qualidade – empregos mal pagos e realizados em condições insalubres, provisão inadequada de serviços público e padrões subumanos de habitação. Esclarece ainda o avanço no conceito do termo desenvolvimento, primeiro com atenção dada à problemática ambiental, advinda nos anos 70 e, a mais importante reconceituação, segundo o mesmo, o desenvolvimento como a universalização de todos os direitos humanos: “políticos, civis e cívicos, econômicos, sociais e culturais” (SACHS, 2008, p. 37). No quarto e último ponto da primeira sessão o autor chama a atenção para o distanciamento histórico entre as minorias ricas e maiorias pobres, para tanto usa os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), afirmando que “um terço da força de trabalho está desempregado ou subempregado” (SACHS, 2008, p. 37). O que mais ‘incomoda’, por assim dizer, o autor, não é que a maioria pobre esteja

excluída do desenvolvimento, mas sim a inclusão injusta e desfavorável. Portanto, o capítulo segue apontando a inclusão justa como requisito central para o desenvolvimento.

O título da segunda sessão do capítulo já indica o seu objetivo, definir a inclusão justa. Descreve inicialmente duas características do desenvolvimento excludente e concentrador para contrapor com o conceito de inclusão. Este último requer a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e político, enquanto que no excludente a participação da maioria pobre na política é fraca ou inexistente; outra característica da inclusão justa é o “igual acesso a programas de assistência para deficientes, para mães e filhos, para idosos que possam compensar as desigualdades naturais ou físicas” (SACHS, 2008, p. 39). Além da assistência, a inclusão justa se caracteriza pela igual oportunidades de acesso a serviços públicos, “como educação, proteção à saúde e moradia” (SACHS, 2008, p. 39). Embora saliente a importância do livre acesso à assistência, o autor deixa claro que o mais importante são as políticas de geração de emprego; por duas razões: os programas assistencialistas requerem despesas contínuas enquanto que a geração de empregos proporciona solução duradoura e, acima de tudo, pela dignidade produzida pelo emprego.

Na próxima sessão o autor instiga os países industrializados avançados à reflexão com as seguintes perguntas:

Quanto se destina à redução do tempo de trabalho e quanto vai para a acumulação de bens adicionais? Em que ponto se deve parar a busca pelo crescimento material, se se considera que o objetivo último do desenvolvimento é uma *civilização do ser* e não do *ter*, e, mais ainda, que a finitude do planeta estabelece um limite para a expansão da produção material? (SACHS, 2008, p. 43).

Embora chame à reflexão, esclarece que o problema a ser resolvido de maneira imediata, deve ser a reconciliação dos objetivos do progresso econômico com o imperativo de proporcionar oportunidades de trabalho decente a todos. Segue o texto com orientações práticas para que haja a referida reconciliação, dentre elas, a mais importante, segundo ele, é que “a perda de empregos em alguns setores pode ser compensada com a ampliação do emprego em outros setores” (SACHS, 2008, p. 45); mostra as vantagens na produção de bens não comercializáveis e aponta que as baixas de “emprego nas indústrias modernas deveriam ser compensadas por meio da ampliação da participação dos bens e serviços” (SACHS, 2008, p. 45).

O autor continua a listar orientações práticas como: examinar possibilidade de cooperação entre empresas modernas de grande porte e empresas menores; avaliar a possibilidade da exploração competente da biodiversidade para uso diversificado; despertar fontes de crescimento independentes de investimento e, para isto, apresenta duas formas: por meio da conservação dos recursos naturais, reciclagem e reutilização; e valendo-se de cuidado com a infraestrutura, equipamentos e prédios. Com estes cuidados, o capital que seria utilizado para reparos pode ser aplicado em outro investimento. A última orientação da lista é cuidar do futuro dos pequenos produtores, agricultura familiar e pequenos negócios. Este último ponto ele trata de maneira especial na próxima sessão.

Aos pequenos produtores Sachs inclui todos os que estão envolvidos em atividades de pequena

escala que não estejam ligadas às empresas modernas. Estes que, embora não reconhecidos por “economistas convencionais”, fazem parte da economia real. O autor segue o texto mostrando como, de fato, está organizada a economia real e lista seus atores e por fim aponta que, se por um lado os pequenos produtores compartilham o cenário da economia real com a classe formal, por outro, deixa de usufruir dos privilégios da formalidade, a saber, a proteção das leis trabalhistas, acesso à previdência social e direitos à aposentadoria. Cabe ao Estado promover políticas que facilitem a compreensão do pequeno produtor de que os ganhos futuros com a formalização são mais válidos que o ganho imediato, não pagar impostos ou encargos sociais. Para a transformação do pequeno produtor em microempresário e integrá-lo a economia formal o autor recomenda as seguintes medidas:

Simplificar os procedimentos burocráticos e reduzir os custos administrativos do registro de novos negócios; simplificar o regime fiscal; diminuir os encargos e simplificar o acesso aos serviços de saúde e proteção social; dar tratamento preferencial aos micros e pequenos empresários nos mercados institucionais e fortalecer os vínculos entre as grandes empresas e os pequenos negócios; e, proporcionar crédito em base preferencial. (SACHS, 2008, p. 55-56)

Na quinta sessão do capítulo, à pergunta “Microcréditos ou créditos para pequenos produtores?” o autor faz uma crítica ao modo que funciona o fornecimento, ou funcionava à época da escrita – se é que tenha mudado –, afirmando que a facilidade é maior pra quem de fato menos precisa. Encerra a sessão elucidando que “os créditos subsidiados para pequenos agricultores, pequenos produtores urbanos e para a autoconstrução de moradias são instrumentos importantes para a promoção de desenvolvimento includente” (SACHS, 2008, p. 60).

Na penúltima sessão do capítulo, Sachs fala do empoderamento e iniciativas locais para o desenvolvimento territorial. Esclarece a importância do planejamento territorial nos níveis municipal, microrregional e mesorregional, visto que cada território tem suas próprias peculiaridades, os gargalos encontrados em um podem não ser entrave para outro, da mesma forma as facilidades. O caminho indicado pelo autor novamente é a criação de espaços que promovam o exercício da democracia direta, como conselhos formados por representantes de todos os agentes do processo de mudança, para que empodere a comunidade a assumir papel ativo e criativo no desfecho do processo de desenvolvimento do seu território. Apesar de todo o arcabouço do desenvolvimento endógeno, o autor não exclui de forma alguma o papel do Estado em todo o processo que, em suas palavras, “inclui procedimentos de baixo para cima e de cima para baixo” (SACHS, 2008, p. 62).

Para a última sessão o autor reservou a comparação dos termos inclusão e globalização. Para iniciar a discussão, relembra a tradução árabe da palavra “globalização”, citando Kofi Annan (2002) quando afirma que esta significa literalmente “inclusividade mundial”. Ao que Sachs mostra que a globalização atual está distanciada do seu real significado. Para erguer o otimismo afirma que o desenvolvimento includente é capaz de consolidar a globalização includente “instituindo uma ordem econômica baseada no princípio de tratamento desigual aos desiguais, promovendo

o comércio justo, incrementando o fluxo da assistência pública destituída de compromissos implícitos e transformando a ciência e a tecnologia em bens públicos” (SACHS, 2008, p. 64).

Para o terceiro ensaio o próprio Sachs apresenta, na introdução, a organização do capítulo, que se divide em três partes. Apresenta também as pressuposições que fundamentam o texto, a saber:

(a) o desenvolvimento é um conceito multidimensional, os seus objetivos são sempre sociais e éticos [...]. Ele contém uma condicionalidade ambiental explícita; o crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental [...]; (b) a necessidade evidente de respeitar equilíbrios macroeconômicos não é motivo para mergulhar no ‘curtoprazismo’ e na abordagem estritamente orçamentária [...]; (c) na medida em que a oferta de oportunidades de trabalho decente seja o objetivo central do desenvolvimento, a elasticidade de emprego do crescimento deve ser tratada como a variável estratégica fundamental e não como parâmetro resultante de escolha que visam a maximizar a taxa de crescimento do PIB (p. 71).

A primeira parte do capítulo intitulou “Revisitando a caixa de ferramenta” e inicia apontando os aspectos estruturais dos países menos desenvolvidos, segundo ele, os mesmos são orientados para a subsistência, ou seja, as atividades de subsistências ocupam mais tempo que as atividades voltadas para o mercado; possuem fraca capacidade de poupança, isso se dá pelos termos de troca desfavoráveis e do serviço da dívida externa; e são vulneráveis às importações, dependem de importações essenciais, como alimento e energia, e quando a capacidade de importar é afetada – principalmente as importações essenciais – isso “desacelera ou mesmo paralisa o processo de investimento em curso” (SACHS, 2008, p. 77).

Sachs descreve as três metas que devem estar contidas nas políticas nacionais dos países menos desenvolvidos que se propõem a saírem da armadilha da pobreza:

Aumento da poupança doméstica, tanto como resultado de uma taxa maior de crescimento geral quanto de um aumento da participação da poupança no PIB; remoção dos obstáculos institucionais ao desenvolvimento agrícola, por meio da reforma agrária, se for preciso, e da promoção da segurança alimentar; aumento da capacidade de importação, por meio da promoção das exportações, da substituição de importações e da eliminação de importações essenciais, especialmente de consumo conspícuo das elites urbanas. (SACHS, 2008, p. 80).

A segunda parte do capítulo é dedicada a identificar ‘peças’, encontradas na “caixa de ferramenta”, para montar uma estratégia de desenvolvimento. Inicia alertando quanto à necessidade de planejar o desenvolvimento, como já citado nos capítulos anteriores. E, mais uma vez, reforça que este planejamento deve ter início na avaliação, ou como ele mesmo chama, “exame rigoroso”, (SACHS, 2008, p. 86) das potencialidades internas. Para esta estratégia nominada “triádica” (SACHS, 2008, p. 85), há três objetivos a serem priorizados: a consolidação e a modernização das empresas industriais, mineradoras intensivas em conhecimento, de alta tecnologia e de alto valor agregado; exploração de todas as oportunidades de crescimento produtivo com foco no emprego; e perscrutar meios para a ação direta focalizada no bem-estar das pessoas.

Ao identificar as oportunidades para o crescimento puxado pelo emprego o autor registra quatro oportunidades: a expansão dos serviços, o que ele denomina “bens não comercializáveis”, que vão

desde os serviços básicos aos tecnicamente especializados; a produção de alimentos perecíveis e produtos agrícolas; a produção de biomassa; e todas as atividades que poupem recursos naturais, reciclem e reutilizem.

Na terceira e última parte do capítulo o autor enumerou, em suas anotações, sete pontos que deveriam ser discutidos na XI Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento: a dívida externa dos países menos desenvolvidos que havia chegado a um nível administrável; a necessidade de um controle internacional sobre os fluxos de capitais; a exigência de um comércio equitativo; a perspectiva do crescimento do fluxo da ajuda externa oficial; a oferta da tecnologia e remédios essenciais como bens públicos internacionais; revisão do investimento externo direto; e a cooperação científica e técnica dos países em desenvolvimento.

O livro conclui apontando as oportunidades, obstáculos e as políticas públicas envolvidas no processo de inclusão social pelo trabalho decente. Inicia o capítulo apresentando dados de 2002 que mostra o Brasil como um país que em sua maioria é constituído de atividades de baixíssima produtividade. A riqueza está concentrada na mão de poucos (1,3% superava vinte salários mínimos) enquanto uma grande parte da população busca a sobrevivência em suas atividades laborais.

Para solucionar essa disparidade o Brasil necessitaria se transformar em uma “gigantesca fábrica de empregos” (SACHS, 2008, p. 112). Sachs acredita que o Brasil apresenta potencialidades para este avanço, cita como exemplo de potencialidade a fronteira agrícola ainda não explorada totalmente, os solos agricultáveis brasileiros “são calculados em dezenas de milhões de hectares”; a posse da maior biodiversidade do mundo, extenso território com ecossistemas variados, banhados por muitos rios e afluentes. Como exemplo de biodiversidades ele cita alguns produtos pouco explorados na economia brasileira que podem tornar-se grandes potências no mercado externo, como a implementação do álcool como combustível, e outras utilidades para a cana de açúcar; produção de óleos vegetais para aditivação do diesel; produção e extração ética de madeiras e fibras diversas e a piscicultura – “revolução azul” (SACHS, 2008, p. 129); a última potencialidade citada é o clima diverso, favorável para a produção primária. O autor ainda relembra que o Brasil “dispões de base científica sólida nas áreas da agronomia e biologia que lhe permite avançar no caminho da revolução” (SACHS, 2008, p. 129).

Sachs ver ainda que no Brasil há possibilidades de empregos nos setores não comercializáveis da economia: empregos públicos e em parceria público-privado; no setor de serviços, comércio e turismo; construção civil; obras públicas. Além desses há ainda as indústrias intensivas em mão de obra, como o artesanato artístico (têxtil, confecções, sapatos, móveis etc.) e os empreendimentos de pequeno porte.

Mais de uma década há se passado e o tema tratado nesta coleção de ensaios de Sachs permanece relevante, sobretudo pela apresentação sincrônica de fundamentos teóricos e detalhamento de práticas possíveis, mostrando que o desenvolvimento desejado não é utopia, mas um ideal alcançável, desde que cada um dos agentes de mudança desempenhe, de maneira sinérgica, a parte que lhe cabe. Confirma isso os dados do relatório publicado em 2018 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, pois afirma que, embora tenha-se percebido um “um

forte crescimento” e um “admirável progresso social” (SACHS, 2008, p. 02), o Brasil ainda continua sendo o país mais desigual do mundo, pois enquanto metade da população tem acesso a 10% do total da renda familiar, a outra metade tem acesso a 90%. Além disso a interação com a economia global é baixa, cerca de 36% dos trabalhos são informais, mulheres e jovens têm vínculos mais fracos com o mercado de trabalho, as mulheres estão mais propensas a desempenharem trabalho informal e tantos outros pontos que precisam ser trabalhados.

Comemoremos os avanços, mas nos unamos ao autor que convida a “nos esforçar por desenhar uma estratégia de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, economicamente sustentado e socialmente includente” (SACHS, 2008, p. 118).

Há de se alertar ao leitor em potencial que o livro apresenta algumas aparentes repetições, por se tratar de quatro ensaios com a mesma temática, apresentado em momentos diferentes e para públicos diferentes, há de se compreender os objetivos específicos e a necessidade destas. E que o pensamento do autor, apesar de estar bem representado por estes quatro ensaios, não se restringe a eles, na medida que sua produção continua pelos anos seguintes e seu conhecimento teórico foi consolidando-se ainda mais.

## REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Ignacy Sachs e a nave espacial Terra**. Disponível em: <https://www.pucsp.br/catedraignacysachs/ignacy-sachs.html>. Acesso em: 21 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Relatórios econômicos OCDE Brasil**: fevereiro 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/economy/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview-Portuguese.pdf>. Acesso em: 24 set. 2019.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.